



## CURSOS E DISCURSOS: OS MOVIMENTOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Ismael Pereira<sup>1</sup>

Raquel Alquatti<sup>2</sup>

Luciene Jung de Campos<sup>3</sup>

O presente trabalho tem como objetivo lançar um olhar discursivo para o pronunciamento de uma instituição pública, dirigido aos moradores de um conjunto habitacional vinculado ao programa Minha Casa, Minha Vida no município de Caxias do Sul – RS.

A breve análise neste trabalho conta com uma sequência discursiva registrada a partir da observação de uma reunião pós-ocupação, junto aos representantes da administração pública municipal, do Banco administrador de recursos públicos e da Universidade contratada para a realização do Projeto Técnico-Social. Os autores vinculam-se ao Trabalho Técnico Social, contratado pela prefeitura municipal, através de uma Universidade Comunitária.

O programa Minha Casa Minha vida – PMCMV foi lançado pelo Governo Federal em março de 2009. De acordo com a Lei nº 12.4241, de 16 de junho de 2011 – que altera a Lei original nº 11.977 de 2009 - o PMCMV tem como finalidade “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais”<sup>4</sup>.

Este programa destina-se a famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e abarca o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. A viabilidade do programa se dá através da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

É dever dos estados e dos municípios a responsabilidade pela execução do trabalho técnico e social pós-ocupação. O trabalho técnico social é orientado pelas diretrizes do COTS – Caderno de Orientação Técnico Social elaborado pela Caixa Econômica Federal. Os COTS têm como objetivo disponibilizar diretrizes e informações para “a elaboração, implantação, registro, monitoramento e

---

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista de Iniciação Científica BIC – UCS.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista de Iniciação Científica PROBIC – Fapergs.

<sup>3</sup> Professora do Centro de Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Coordenadora da pesquisa Artesanato e Turismo: saberes e trocas simbólicas.

<sup>4</sup>Em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm). Acesso em 14 de agosto de 2013.

avaliação do Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTs, apoiando a implementação das ações desde a concepção do projeto até a etapa posterior à conclusão das obras e serviços”<sup>5</sup>.

## DISPOSITIVO TEÓRICO METODOLÓGICO

A Análise do Discurso (AD) em sua vertente francesa é o dispositivo teórico-metodológico que orienta uma leitura sobre o funcionamento discursivo pelo qual os sujeitos “reconhecem eles próprios o lugar sem terem recebido formalmente uma ordem, ou mesmo sem ‘saber’ que tem um lugar definido no sistema de produção” (HENRY, 1997). Desta forma, a AD promove a leitura de quais condições de produção estão em jogo nos discursos. A ideologia, materializada através do discurso, apresenta aos sujeitos os lugares que estes podem/devem ocupar nas relações de produção.

A AD surge em meados dos anos 1960 na França e tem como precursor e principal articulador Michel Pêcheux. Esta disciplina oferece “um dispositivo teórico e de análise que permitirá tornar visíveis as afinidades e/ou diferenças na interlocução com outros saberes” (LEANDRO FERREIRA, 2010, p.20). Desta forma, a autora aponta que a Análise do Discurso ancora-se na articulação entre a Linguagem, a Psicanálise e o Materialismo Histórico. Este dispositivo de fronteiras caracteriza-se enquanto uma disciplina de ruptura frente uma conjuntura política e epistemológica. Deste modo, a AD se propõe abordar os objetos discursivos como objetos-fronteira (ibid.), trabalhando nos limites das possibilidades teóricas.

A concepção de sujeito é posta como um conceito-chave entre as áreas fronteiriças da AD. O sujeito é e está no intermeio do inconsciente, da linguagem e da ideologia. Inscreve-se no nó entre as fronteiras.

O sujeito estaria assim sendo afetado, simultaneamente, por essas três ordens e deixando em cada uma dela *um furo*, como é próprio da estrutura de um *ser-em-falta*: o furo da *linguagem*, representado pelo *equivoco*; o furo da *ideologia*, expresso pela *contradição*, e o furo do *inconsciente*, trabalhado na psicanálise (LEANDRO FERREIRA, 2010, p.24 – grifo da autora).

## MINHA CASA, MINHA VIDA.

Ao tratarmos de discursos provenientes de diretrizes políticas de habitação, necessitamos contextualizar o espaço. Conectando-nos a uma perspectiva discursiva para problematizar as concepções do urbano, entra em cena Orlandi (2012) ao abordar o espaço como materialidade discursiva: “ele não é um vazio, nem apenas uma função, ele é o espaço de interpretação, tem sua materialidade em que se confrontam o simbólico e o político” (p. 200). O espaço é colocado como um lugar de significações. É nesse lugar que relações e significados podem ser gerados nas relações entre os sujeitos e o trajeto. A forma da cidade e a forma sujeito estão completamente ligadas: “o

---

<sup>5</sup> Em [http://www.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=313:orientacoes-formularios-para-projeto-tecnico-social&catid=75:minha-casa-minha-vida-entidades&Itemid=98](http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=313:orientacoes-formularios-para-projeto-tecnico-social&catid=75:minha-casa-minha-vida-entidades&Itemid=98). Acesso em 14 de agosto de 2013.

modo como se dispõe o espaço é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los” (ORLANDI, 2012, p.199).

A cidade, como materialidade das relações políticas e ideológicas - atuantes através do Estado - caracteriza-se em uma estética hierarquizada e segmentada. Atuam conforme as relações de classe. Surge então a clara separação entre o centro e a borda, entre o bairro nobre e a periferia, entre o urbano e o rural, entre o público e o privado.

O Programa Minha Casa Minha Vida visa viabilizar a aquisição de novas unidades e a requalificação de imóveis em áreas urbanas e rurais. Para tal dá-se prioridade para famílias residentes em áreas de risco ou que tenham sido desabrigadas assim como para famílias que tenham mulheres como responsáveis pela unidade familiar e para famílias com pessoas com deficiência.

Neste sentido o deslocamento no espaço marca o PMCMV enquanto trajeto de uma borda à outra: do lugar anterior dos sujeitos na cidade à área residencial. Não se pode, portanto, desconsiderar os deslocamentos simbólicos deste trajeto. Se o espaço é lugar de significações, o deslocamento implica em ressignificar o espaço dos sujeitos nas cidades, a relação com o urbano e o viver-junto.

Para que melhor possamos compreender alguns aspectos deste contexto é necessário que façamos uma breve trajetória. De acordo com o site do Ministério das Cidades a Política Nacional de Habitação - PNH, formulada em 2004, pelo Ministério das Cidades, prevê um “pacto para o pagamento da dívida social” de acordo com a Constituição de 1988 que tem a moradia como um direito básico do cidadão brasileiro<sup>6</sup>.

Desta forma o Programa Minha Casa Minha vida indica uma diretriz do Aparelho de Estado em cumprir com os direitos assegurados na Constituição e a busca por uma compensação da desigualdade social construída historicamente.

Devemos, contudo, destacar a concepção althusseriana de Aparelho de Estado, como aquilo que:

Define o Estado como força de execução e intervenção repressoras, 'a serviço das classes dominantes', na luta de classes conduzidas pela burguesia e seus aliados contra o proletariado, é com certeza o Estado e isso define sua 'função' fundamental” (ALTHUSSER, 2010, p. 111).

Torna-se essencial distinguir dois aspectos trazidos pelo autor: o Estado é o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) que atua a partir da violência; a luta de classes tem como objetivo o poder estatal e a utilização do Aparelho Repressivo do Estado em função dos objetivos da classe.

---

<sup>6</sup> Em <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitaacao.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

Ainda, é necessário destacar a presença dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) que, ao contrário do Aparelho Repressivo de Estado, atua através da Ideologia.

Althusser destaca que o Estado, que é sempre o Estado da classe dominante, não é público nem privado, mas sim a condição para qualquer diferenciação entre estas duas instâncias. Da mesma forma, o AE e os AIE funcionam ao mesmo tempo pela repressão e pela ideologia. A diferença se dá ao passo que os Aparelhos (repressivos) de Estado funcionam maciçamente pela violência e secundariamente pela ideologia, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado fazem o movimento inverso. Portanto, não existe aparelho puramente repressivo e nem puramente ideológico (Idem).

## A PARTE DE VOCÊS

É partindo da consideração de Pêcheux (2010), onde os Aparelhos Ideológicos do Estado são o local e meio da realização da dominação da ideologia dominante que abordaremos a sequência discursiva a seguir: “Cada um fez sua parte, o Governo Federal, a Prefeitura, a Caixa. É a hora de vocês fazerem a parte de vocês” (sic.).

As condições de produção do discurso, trabalhadas por Pêcheux (1993 [1969]), diferentemente da teoria da informação, que trata a mensagem como *transmissão* de informação, se apropria do termo *discurso* justamente por não se tratar necessariamente de uma transmissão de informação entre um destinador (A) e um destinatário (B), mas “de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (p. 82).

Eis que A e B indicam lugares determinados na estrutura de uma formação social. No domínio da produção econômica, por exemplo, “os lugares do patrão (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis” (ibid.).

As hipóteses de Pêcheux levam a entender que estes lugares estão representados nos processos discursivos em cena. O que se apresenta no interior do processo discursivo é a presença transformada, torcida, dos lugares que os sujeitos ocupam. A representação nunca é objetiva e nem funciona como tal. Ou seja, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (ibid.). As Formações Imaginárias (FIs) são designadas da seguinte forma:

$I_A$  (A) – Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A: “Quem sou eu para lhe falar assim?”.

$I_A$  (B) – Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A: “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”.

$I_B$  (B) – Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B: “Quem sou eu para que ele me fale assim?”.

$I_B$  (A) – Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B: “Quem é ele para que me fale assim?”.

As estratégias do discurso se fundam a partir da antecipação que o emissor (A) faz das representações do receptor (B). Desta maneira, todo processo discursivo supõe uma antecipação das representações. Reforçamos que este processo é de ordem imaginária e não da realidade física.

A sequência discursiva do Banco administrador dos recursos públicos, “Cada um fez sua parte, o Governo Federal, a Prefeitura, a Caixa. É a hora de vocês fazerem a parte de vocês”, na qual o Banco é o emissor (A) e os moradores são os receptores (B), abre espaço para discutirmos a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A, ou seja, “quem o Banco pensa que é para que ele fale com os moradores assim”,  $I_A$  (A). Gostaríamos de elucidar que as possibilidades de interpretação de acordo com as formações imaginárias e as antecipações das representações são inúmeras, no entanto, a Formação Imaginária [ $I_A$  (A)] nos oferece demasiado suporte para a discussão que propomos.

Para ampliar a discussão da representação imaginária que o Banco tem de si, precisamos introduzir os esquecimentos ideológicos de Pêcheux.

O interdiscurso (memória), para Pêcheux possibilita a relação entre as condições materiais e as relações imaginárias dos sujeitos com estas. Assim, o sujeito seria constituído historicamente pelos esquecimentos:

Esquecimento nº1: sensação do sujeito como origem;

Esquecimento nº2: impressão de realidade do pensamento.

O esquecimento número 1 vincula-se ao inconsciente no ponto em que o sujeito-falante não pode encontrar-se fora da FD que o domina. “Nesse sentido o esquecimento nº1 remetia, por analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão” (PÊCHEUX, 1995, p.173).

Neste primeiro esquecimento o sujeito não se reconhece como dominado por uma FD, logo, o sujeito passa a ter a ilusão de origem do que dito, afetando o modo como ele é interpelado pela ideologia. O Banco, enquanto Aparelho Ideológico de Estado e diretamente vinculado ao Estado, por tratar-se de uma instituição de caráter público, atua pela ideologia. Ao explicitar uma dívida como troca de favores, utiliza-se do esquecimento número um frente à diretriz maior do Estado: “o pagamento da dívida social”.

Este esquecimento provoca a inversão de posições. O Estado, prioritariamente em dívida com os sujeitos até então excluídos dos seus cuidados, desloca a dívida e a responsabilidade justamente para estes sujeitos. “A hora de fazer a parte de vocês”, explicita o momento em que os



moradores do residencial devem passar a carregar a dívida, uma vez que, as demais instituições de caráter público já fizeram a sua parte.

Se os AIEs orientam-se a partir dos interesses da classe que servem (PECHÊUX, 2010) fica claro o interesse do Banco em guardar os interesses da classe dominante, mantendo os moradores em uma posição de subordinação.

Os efeitos ideológicos recrutam, através do discurso, os sujeitos a assumirem suas posições na sociedade de classes de forma que haja um efeito de evidência dessas posições. É evidente que depois de tudo o que os órgãos públicos fizeram por vocês/moradores, seja a hora de vocês fazerem a parte de vocês.

Emerge no discurso como as relações de produção mantêm a fragmentação, a privatização e a segregação dos espaços públicos, configurando as cidades em: (1) bairros ricos e centros com todos os serviços públicos disponíveis, shoppings, espaços de lazer, polícia privada, e (2) bairros pobres, favelas, sem equipamentos de educação e saúde, sem transporte público adequado, acuados por uma polícia que criminaliza a pobreza.

Não cabe ao presente trabalho desenvolver um olhar crítico ao programa PMCMV, mas sim buscar os efeitos de sentidos presentes no discurso de um representante do Banco. Na sequência acima apresentada, evidencia-se a anulação das formas de existência anterior à vida nos residenciais, as quais foram engendradas ante a necessidade de sobrevivência, devido o abandono do Estado. Ou seja, o Banco ignora os esforços realizados pelos sujeitos durante todo o período de subsistência anterior à inscrição no PMCMV. Como nos conta Ermínia Maricato (2013), grande parte das nossas cidades é construída pelos próprios moradores em áreas invadidas, ambientalmente frágeis, ou adquiridas de loteadores ilegais. Primeiro, o abandono do Estado força os moradores a serem os próprios engenheiros das suas condições de (sub)existência; depois, o Estado, na posição de devedor, lança um programa social habitacional, no qual, o aparelho mediador entre Estado e morador – o Banco – profere uma sequência discursiva que anula a experiência anterior dos moradores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In Žižek, S. (org.), *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 105-142, 2010.

HENRY, Paul. Os Fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pecheux. Tradução de Eni P.Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1993. p.61-161. Tradução de: *Analyse automatique du discours*, 1969.

LEANDRO FERREIRA, Maria, Cristina. Análise do Discurso e suas Interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon* – Revista da Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Su. v.24, n. 48, p. 17-34, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO  
1983 - 2013 – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença  
Porto Alegre, de 15 a 18 de outubro de 2013

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In *Cidades Rebeldes*. São Paulo : Boitempo, 2013.

ORLANDI, Eni, Puccineli. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. São Paulo: Editora Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). São Paulo: UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. O Mecanismo do (Des)conhecimento Ideológico. In Žižek, S. (org.), *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 105-142, 2010.

PÊCHEUX, Michel. III Análise Automática do Discurso (AAD-69).In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1993. p.61-161. Tradução de: *Analyse automatique du discours*, 1969.